

## Economistas voltam a divergir sobre mudanças durante debate em comissão

Em uma reunião acalorada, com mais de seis horas, a CAE fez antes da discussão do relatório de Ferraço mais um debate ontem sobre a reforma trabalhista. Convidados e senadores voltaram a divergir sobre as mudanças. A audiência foi pedida por senadores da oposição, que tentaram obstruir a leitura do relatório sobre o PLC 38/2017, marcada para a segunda parte da reunião (*veja texto acima*).

O professor e economista da **Unicamp** Marcio Pochmann, convidado pela oposição, afirmou que a reforma não vai elevar o nível de emprego. Ele citou estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

feito entre 2008 e 2014 em 110 países que realizaram mudanças na legislação trabalhista. O levantamento concluiu que não houve efeito relevante sobre a criação de empregos.

— A determinação [do nível] do emprego em uma economia capitalista é dada pelo nível de demanda agregada, e não pelo custo da mão de obra — disse.

Já o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Portela, que defende a reforma, disse que a proposta ataca pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para melhorar a proteção ao trabalhador, reduzir a rotatividade e permitir ganhos de produtividade.

— Ela [a proposta] tenta alinhar estruturas de incentivos para relações de trabalho duradouras, além de adequar a proteção ao trabalhador às novas formas de relações do trabalho devido às novas tecnologias — afirmou.

De acordo com o professor de economia da **Unicamp** Eduardo Fagnani, o segundo convidado pela oposição, a reforma trará impactos negativos para a economia e a Previdência.

— [O trabalhador] dificilmente vai conseguir comprovar 25 anos para a Previdência e dificilmente vai se sentir estimulado para contribuir — argumentou.

Por sua vez, o professor Sergio Firpo, da instituição de ensino e

pesquisa Inspier, afirmou que as regras atuais não são inclusivas para trabalhadores que estão ingressando no mercado, porque entram em detalhes minuciosos da relação de trabalho.

— A principal ideia é que [a reforma] torne a legislação mais flexível e com menos incertezas, ao ampliar e regular o alcance do trabalho parcial, o que permitirá que trabalhadores mais jovens e aqueles com filhos pequenos tenham mais opções.

Senadores da oposição, como Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias e Humberto Costa (PT-PE), disseram que a reforma tornará precárias as condições de trabalho, que beneficiará apenas os empresários e que não deveria tramitar em um momento de crise política e econômica.

Os favoráveis às mudanças na legislação trabalhista, como Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), afirmaram que a proposta reduzirá a informalidade, a alta rotatividade no mercado de trabalho e os conflitos trabalhistas, além de criar empregos e favorecer o crescimento das pequenas e médias empresas com uma legislação mais flexível.



Presidente da CAE, Tasso Jereissati (4º à esq.) conduz debate ao lado de Fagnani (E), Firpo, Portela, senador Garibaldi e Pochmann